

# **MST: uma análise de seu programa e práticas políticas sob os governos do PT<sup>1</sup>**

Eduardo Martins de Brito<sup>2</sup>

## **RESUMO:**

Este artigo analisa o programa agrário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), identificando suas influências, rupturas e continuidades em relação a dois aspectos. Por um lado, investiga como as contribuições desenvolvidas por técnicos, partidos políticos e intelectuais se fizeram presentes no interior do movimento, com destaque para o economista Celso Furtado, importante expoente da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e para as concepções políticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB). E, por outro lado, quais foram as mudanças sofridas em decorrência das alterações conjunturais ocorridas com a ascensão do PT ao governo federal. Compreende, principalmente, o período dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), fazendo referência, mas de forma incidental, ao governo Dilma Rousseff, tendo em vista que é um governo ainda em curso. Para contextualizar, reconstituímos analiticamente a atuação do MST nas duas últimas décadas, com o objetivo de destacar suas alterações programáticas e o contexto em que se operaram, verificando as teorias que inspiram seu programa político. Nossa hipótese é que há uma adaptação do MST à política do PT, assim o Movimento acompanhou a elaboração teórica desse partido para a questão agrária, seu ideário de democratização do Estado e sua trajetória de adaptação às eleições e métodos parlamentares.

**Palavras-chave:** MST; reforma agrária; movimentos sociais no Brasil; luta de classes.

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no Quinto Congresso Uruguaio de Ciência Política, “Que ciência política para que democracia?”, da Associação Uruguaia de Ciência Política, realizado de 7 a 10 de outubro de 2014, em Montevideo, Uruguai.

<sup>2</sup> Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e integrante do grupo de estudos e pesquisas Práxis da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais UACS/UFCG. Email: eduardocotia@hotmail.com

# **MST: uma análise de seu programa e práticas políticas sob os governos do PT**

## **Introdução**

Devido ao destacado papel político e social protagonizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), durante as últimas décadas que compreendem o período da chamada “redemocratização”, escolheu-se estudar o programa político deste movimento, dada sua importância no cenário político nacional brasileiro em geral e no campo em particular.

Após uma greve contextualização histórica, destacaremos no presente artigo o atual programa do MST, aprovado em seu sexto Congresso. Cabe ressaltar que os Congressos do MST não são deliberativos, mas referendam a linha política a ser adotada, que é determinada pela direção do Movimento. Compreender seu entendimento de reforma agrária no atual período histórico é nossa preocupação.

As ideias de Celso Furtado, importante expoente da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), exercem considerável influência entre a intelectualidade do MST, manifestadamente sobre João Pedro Stédile, que considera a proposta de reforma agrária do economista paraibano como a mais radical até hoje apresentada. Segundo o líder do MST, em discurso proferido por ocasião da morte de Furtado, seu nacionalismo e compromisso com o desenvolvimento de uma indústria genuinamente brasileira estão em acordo com a defesa das necessidades do povo brasileiro, sendo por isso seus ensinamentos utilizados na formação dos quadros do MST. Nas palavras de Stédile, Furtado “nos transmitia conselhos e as escolas de formação do MST fazem uso dos ensinamentos dos seus livros”.

Outra corrente importante no debate sobre a questão agrária brasileira foi a dos intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esses intelectuais participaram ativamente do debate teórico e político sobre a questão agrária nacional, exercendo também importante influência na formulação agrária original do PT e do MST. Portanto, revisitar esse debate faz parte dos elementos disponíveis para compreensão do campo brasileiro.

Observando a evolução do programa agrário do MST, constatamos que há uma adaptação deste à política do Partido dos Trabalhadores (PT). Assim, percebe-se que o

Movimento acompanhou a elaboração teórica deste partido para a questão agrária, seu ideário de democratização do Estado e sua trajetória de adaptação às eleições e métodos institucionais, ainda que tenha como prática importante o uso da ação direta nas ocupações de terra, prédios públicos e marchas que, aliás, diminuíram ao logo dos governos do PT.

De acordo com a Ouvidoria Agrária Nacional, órgão ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), as ocupações de terras durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff diminuíram em cerca de um terço em relação aos governos de Fernando Henrique Cardoso, passando de 305 ocupações anuais em média, para 224. Durante todo ano de 2013, foram realizadas apenas 110 ocupações. Os números não eram tão baixos desde 1992, como demonstra a tabela a seguir.

**TABELA 1 – A luta e a conquista da terra no Brasil**

	Ocupações de terra	Famílias em ocupações	Assenamentos criados	Famílias assentadas	Area dos assentamentos (ha)
1979-1987	-	-	436	105.778	7.247.245
1988	71	10.491	123	28.251	2.053.290
1989	86	20.350	115	12.136	696.200
1990	50	7.314	31	3.620	158.755
1991	85	14.990	87	15.464	774.640
1992	93	17.838	167	22.251	1.262.894
1993	116	19.442	74	5.513	196.473
1994	163	23.016	42	10.346	503.141
1995	186	42.746	409	63.622	2.957.220
1996	458	78.263	505	64.964	3.912.346
1997	513	69.453	710	92.296	3.645.960
1998	828	111.396	757	79.481	3.039.558
1999	897	118.620	599	51.379	2.215.473
2000	528	83.790	426	38.463	2.182.712
2001	283	45.537	475	35.606	1.833.080
2002	273	40.966	417	31.857	2.584.210
2003	555	92.883	327	29.553	5.290.618
2004	702	118.225	498	44.548	5.371.812
2005	569	73.283	1.056	124.040	14.523.107
2006	553	58.717	412	53.878	4.104.033
<b>TOTAL</b>	<b>7.009</b>	<b>1.047.320</b>	<b>7.666</b>	<b>913.046</b>	<b>64.552.767</b>
<b>Dados:</b> DATALUTA					
<b>Org.:</b> Eduardo Paulon Girardi					

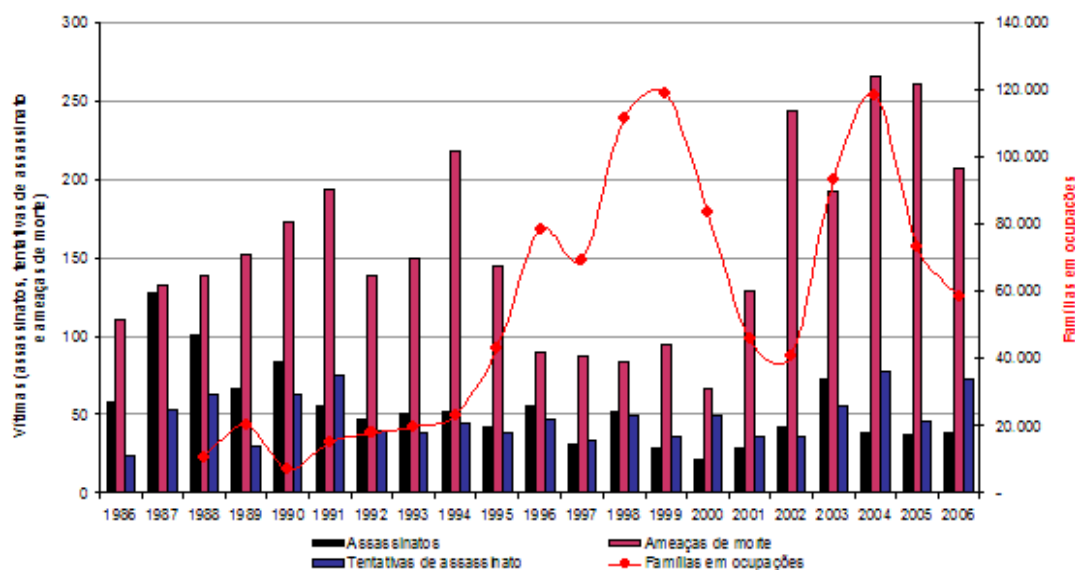
Como se verifica nos dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa DATALUTA, a tabela 1 mostra-nos que as ocupações foram mais intensas entre 1998 e 1999, período de reeleição de FHC, diminuindo em seguida. Nos dois primeiros anos do governo Lula, esperando que esse governo realizasse a reforma agrária, o número de

ocupações voltou a subir, atingindo 702 em 2004. Como a expectativa não se confirmou, diminuíram, estagnando-se.

Com o avanço cada vez maior do capital sobre a agricultura, a política de assentamentos, aplicada com mais ou menos intensidade, desde o segundo governo de FHC e primeiro governo de Lula passa por um processo de estagnação durante o governo de Dilma, e nos parece que *tende* a se esgotar. Fica cada vez mais explícito que o PT, quando no controle da máquina pública federal, com forte presença no legislativo, não foi capaz de realizar a reforma agrária, colocando o MST em um impasse, desencadeando, inclusive, a possibilidade da ação de forças centrífugas em seu interior.

A alta concentração de terras existente no país, assim como a questão do abastecimento da população, coloca a realidade rural como fundamental para entender a formação econômico-social brasileira, marcada pelas desigualdades sociais, em um cenário conflitivo e violento. Duas décadas depois do fim do regime militar, foram assassinados cerca de 1.100 camponeses e trabalhadores rurais, além de quase cinco mil ameaças e tentativas de assassinatos (CTB, 2006).

**GRÁFICO 2 – Assassinatos, ameaças de morte e tentativas de assassinato de camponeses e trabalhadores rurais – 1986-2006**



Dados: CPT e DATALUTA - Org.: Eduardo Pau Ion Girardi

Segundo o gráfico 2, elaborado pelo Instituto DATALUTA, que utilizou os dados publicados pela CPT em 2006, houve diminuição da violência em 1996 e novo

aumento em 2001. Isso provavelmente se deve à tentativa de negociação feita por FHC, que tentou contornar o problema agrário mediante programas de créditos e incentivos à venda de terras. Fracassada sua política, passa para a judicialização dos conflitos, através da promulgação da MP 2109-52, que proibia a desapropriação das terras ocupadas e criminalizava camponeses.

A concentração fundiária e consequente violência que o processo acarreta atravessa o processo de formação da unidade nacional, de maneira que não se compreende o país nem é possível traçar as formas de superação de seus entraves sem considerar os processos de lutas sociais no campo brasileiro. Em suma, uma investigação relacionada aos problemas nacionais deve ter em conta o histórico das lutas de classes no campo, suas origens e desenvolvimento. Como o MST tornou-se um dos mais proeminentes movimentos atuantes no campo, torna-se necessário caracterizá-lo à luz da política adota em relação ao Estado e governos.

### **Raízes históricas do atraso da agricultura brasileira**

A realidade rural brasileira é marcada por contradições. Essas contradições relacionam-se com as fortes desigualdades sociais no campo brasileiro. Desigualdades que remontam, por sua vez, à sua história escravagista e colonial, cuja economia insere-se subordinadamente na organização mundial do capitalismo. Como demonstrou Caio Prado Jr., o papel do Brasil colônia em relação ao capitalismo comercial em desenvolvimento na Europa, nos séculos XVI e XVII, manteve-se, em sua essência, inalterado quando da sua independência política e abolição da escravidão (PRADO JR., 1970, 207).

As incipientes tentativas, ao longo do século XVIII, de desenvolvimento de uma indústria manufatureira, como resultado da bonança oriunda do chamado ciclo do ouro, fez surgir uma classe média abastada, com atividades econômicas ligadas ao abastecimento dos centros urbanos, contrastando e ameaçando a hegemonia dos grandes proprietários rurais, ligados à economia açucareira. Todavia, mediante intervenção da Coroa Portuguesa através do Alvará de 1785, esse surto manufatureiro foi tolhido, determinando a extinção “de todos os teares, manufaturas e fábricas existentes no Brasil, na época, além de estabelecer multas severas aos proprietários que porventura

não tivessem cumprido a ordem de fechamento”, recolocando a colônia em seu “devido lugar” de economia agrária de exportação (BRUM, p. 128, 1997).

No início do século XIX, a relação econômica e financeira do Brasil com a Inglaterra se intensifica, seja devido à vinda da família real portuguesa (1808), seja no tocante à independência que se seguiu (1822), em que a Inglaterra teve papel fundamental, sendo dessa época, inclusive, a primeira contração de empréstimo feita pelo Brasil – no valor de 2 milhões de libras esterlinas. A situação privilegiada que a Inglaterra gozava em acordos alfandegários com Portugal, transferiu-se para o Brasil independente e se manteve durante quase toda era imperial, de modo que a industrialização endógena foi inviabilizada por conta dos baixos preços das mercadorias inglesas.

Devido à quase falência do Estado brasileiro, em meados do século XIX, o governo precisou tomar medidas que aumentasse suas reservas, sendo obrigado a rever o acordo comercial com os britânicos, elevando as taxas alfandegárias de importação das mercadorias inglesas. Juntamente com esse fato, a abolição do tráfico negreiro (1850) possibilitou a acumulação de um montante expressivo de capital, que poderia ter sido revertido na industrialização, como ocorreu na Inglaterra e nos Estados Unidos, “onde o capital liberado com a extinção do tráfico negreiro (1807) tivera relevante papel na alavancagem da Revolução Industrial” (BRUM, p. 156, 1997). Todavia, por conta da hegemonia exercida pelos grandes proprietários rurais no Estado brasileiro, manteve-se o caráter agroexportador e primário da economia.

É do período imperial a promulgação da Lei de Terras (1850), que representou a regulamentação da propriedade privada da terra, pois até então a regulamentação fundiária seguia o sistema das sesmarias e das capitanias hereditárias. As terras devolutas passam a pertencer ao Estado e sua obtenção se dá, a partir de então, mediante a compra. Essa medida tem como finalidade impossibilitar que os imigrantes e, posteriormente, os ex-escravos, tenham acesso à terra e de cercear o desenvolvimento de um sistema baseado na pequena propriedade, contrastando com a lógica dos latifúndios, que tem nessa lei seus interesses assegurados. A ocupação mediante a força e a grilagem desponta a partir desse período.

Durante a Primeira República (1889-1930), o desenvolvimento das forças produtivas do país, que já vinha ocorrendo lentamente no final do Império, ganha novo impulso. Esse desenvolvimento é baseado na produção extensiva em larga escala e se

deve a fatores externos e internos. Em âmbito mundial, o liberalismo econômico – com sua industrialização e conseqüente crescimento da população europeia – estimula e condiciona o desenvolvimento da economia nacional.

No plano interno, fora resolvido o grande problema da mão-de-obra com a abolição da escravidão (obstáculo para o trabalho livre assalariado) e com a imigração. Embora já se fizesse sentir, no período anterior, a ação dos interesses comerciais estrangeiros (empréstimos públicos, iniciativa do capital estrangeiro em setores como mineração, estrada de ferro, linha de navegação, etc. e a participação de estrangeiros nas atividades econômicas do país), essa nova fase é marcada propriamente pela “finança internacional, multiforme e ativa, e não apenas indivíduos ou inversões esporádicas de capital (...) em todos os setores” (PRADO JR., p. 210, 1970).

Nas duas últimas décadas da Primeira República (1920-1930), opera-se uma acentuada transição econômico-social no país. A antiga ordem, hegemônica pela oligarquia rural é abalada. A eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) praticamente extingue as exportações brasileiras, uma vez que os países envolvidos no conflito voltam sua economia para os artigos bélicos, além de que o bloqueio militar do oceano Atlântico inviabilizou as transações comerciais brasileiras. Além deste, outros acontecimentos internacionais influenciam a contestação da dominação oligárquico-latifundiária, como a transferência do centro de poder da Europa para os Estados Unidos e a ocorrência da Revolução Russa, em 1917.

Com o declínio do comércio internacional causado pelo conflito mundial – e a conseqüente extinção de mercadorias importadas – tem início no país um desenvolvimento industrial voltado para o mercado interno, promovendo o êxodo rural, crescimento da população urbana e desenvolvimento, além de uma burguesia industrial, do proletariado e uma classe média. Dessa forma, essas classes começam a expressar seu ideário, contestando a ordem estabelecida e exigindo mudanças sociais e políticas. É nesse contexto de crise que surgem os primeiros sindicatos e as greves operárias nos centros urbanos. Em 1922 é criado o Partido Comunista do Brasil (PCB), ao mesmo tempo em que a “Semana de Arte Moderna” marca uma renovação cultural em curso e tem início a “Revolta Tenentista”, movimento político-militar da classe média, que almeja a modernização do país.

O PCB vai “entrar de cabeça” no debate acerca da necessidade de transformação agrária. O primeiro a teorizar sobre a realidade rural brasileira, utilizando-se de

conceitos marxistas, aplicados de forma mecânica ainda, é verdade, será Otavio Brandão (2006), em seu clássico trabalho “*Agrarismo e Industrialismo*”, onde se desenvolve pela primeira vez a tese de que o Brasil era um país feudal e que por essa razão fazia-se necessário lutar pela realização da revolução burguesa, que afastaria os elementos arcaicos da sociedade e prepararia as condições para o desenvolvimento social e industrial, condição imprescindível para a futura revolução socialista.

Embora a discussão no PCB tenha início na década de 1920, o debate ganha nova perspectiva após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sendo colocada como uma das condições necessárias para o desenvolvimento econômico em curso e como um dos principais balizadores acerca da viabilidade e eficiência entre os dois sistemas em disputa no período da Guerra Fria. Nesse contexto, os estudos realizados no período buscaram desvendar a capacidade produtiva dos países com base nas formas de propriedade adotadas, nas tecnologias empregadas e nas relações dos produtores com o Estado.

Em seu célebre “Quatro Séculos de Latifúndio”, Alberto Passos Guimarães (2011) se destacará como teórico do PCB a desenvolver a tese esboçada por Brandão. Segundo Guimarães, em polêmica com aqueles historiadores que sustentavam que havia um capitalismo mercantil no Brasil no período colonial, a colonização portuguesa ocorreu no período da decomposição feudal e florescimento da economia mercantil na Europa. Entretanto, a metrópole lusitana não impôs características mercantis, mas foi obrigada a utilizar-se de instituições retrogradadas, como a imposição de dominação feudal e, inclusive, retomando a escravidão.

A grande ventura, para os fidalgos sem fortuna, seria reviver aqui os tempos áureos do feudalismo clássico, reintegrar-se no domínio absoluto de latifúndios intermináveis como nunca houvera, com vassalos e servos a produzirem, com suas mãos e seus próprios instrumentos de trabalho, tudo o que ao senhor proporcionasse riqueza e poderio (GUIMARÃES, *apud*. STÉDILE, p. 37, 2011).

Embora reconhecesse que a situação “*latifundista*” brasileira não era a mesma em seu tempo do que a do Brasil-Colônia, Guimarães estava convencido que o problema não era de grau maior ou menor, mas tratava-se de reconhecer os elementos principais que a definia, como o controle direto sobre pessoas e bens por parte do senhor, as relações mercantis pouco desenvolvidas e as relações políticas e jurídicas – e



culturais – que remontavam à nobreza, e não à burguesia nascente. O referido autor segue uma lógica etapista, ou seja, em seu entendimento, seria preciso superar a etapa feudal, desenvolver o capitalismo no campo e, em outra etapa, colocar a questão das transformações socialistas. Nessa primeira fase de luta contra as relações feudais no campo brasileiro, a medida progressista a ser adotada por um Estado burguês nacionalista a ser eleito, era de “tributação territorial para forçar o barateamento e mobilização comercial da terra, o que a tornará acessível às massas trabalhadoras”, melhorando as condições de vida do trabalhador rural. Essa era a bandeira marxista para o campo, na teoria de Alberto Passos Guimarães (GUIMARÃES, p. 86, 2011).

Moisés Vinhas foi outro importante intelectual que sistematizou, de forma pormenorizada, a concepção oficial do PCB acerca da chamada “Questão Agrária”. Segundo Vinhas (1972), o atrasado latifúndio comparecia como obstáculo ao estabelecimento da pequena propriedade e à penetração do capitalismo no campo, impactando negativamente no desenvolvimento geral das forças produtivas do país.

Embora a extinção das sesmarias e a criação dos engenhos tenham mantidos as principais características do latifúndio, como produção baseada na monocultura, em que cada unidade possui autonomia político-jurídica e o proprietário ainda era o senhor sobre todos os outros, houve um elemento progressista na criação dos engenhos e fazendas, a saber, a introdução do parceiro e do arrendatário, que “lançou germes do fracionamento da terra, do trabalho livre e do assalariado” (VINHAS, p. 41-2, 1972). Entretanto, neste período o atraso e as relações semi-feudais ainda eram vigentes.

Não obstante o evidente progresso nas relações de produção da agropecuária, não se modificou em essência a estrutura agrária, particularmente no que tange à posse da terra. O latifúndio continua sendo o bastião do atraso e do entrave ao desenvolvimento capitalista no campo, com reflexos na economia em geral (VINHAS, p. 43, 1972).

Um dos elementos das relações atrasadas é que o parceiro, caracterizado por Vinhas como servos explorados pelos grandes proprietários, prestava serviços gratuitos para o “senhor feudal”, de modo que não predominava as relações tipicamente capitalistas no campo. A tarefa do PCB e de todos aqueles comprometidos com o progresso brasileiro, portanto, era incentivar a penetração capitalista no campo mediante uma reforma agrária distributiva. A reforma agrária ora em pauta, neste momento histórico no Brasil, do ponto de vista social visa mesmo a incrementar a classe

assalariada, as camadas médias do campo, e mesmo a burguesia capitalista (VINHAS, p. 78, 1972).

A única voz destoante no interior do PCB foi Caio Prado Jr., cuja teoria refutava a caracterização feudal, identificava uma tendência crescente ao assalariamento no campo e postulava como tática correta a luta pela regulamentação trabalhista no campo – e não uma reforma agrária que entregasse terras aos camponeses, uma vez que estes representavam um seguimento residual e em vias de extinção. Segundo Prado Jr. o trabalho realizado pelo parceiro ao fazendeiro não era gratuito. Esse era um trabalho pago, porém em espécie, ou seja, um assalariamento indireto, que tendia a torna-se direto, tipicamente capitalista.

### **Ligas Camponesas**

Nesse período, o Brasil passava por um desenvolvimento significativo da luta de classes no campo. A formação das Ligas Camponesas na região Nordeste em 1946 – mas com forte atuação a partir dos anos de 1950 até 1964 – foi um marco na história nacional. As primeiras Ligas (1946 até 1954) são resultado da atuação do PCB no campo. Em 1947, durante o governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra, o PCB fora jogado na ilegalidade, em pleno auge, visto que à época contava com duzentos mil filiados e possuía representantes parlamentares. Com seus deputados cassados em janeiro de 1948 e sob a clandestinidade, seu trabalho no meio rural foi comprometido, reduzindo sua atuação a poucos núcleos urbanos. As primeiras Ligas são praticamente extintas.

A nova fase das Ligas Camponesas (1954-1964) inicia-se pela organização e luta dos agricultores Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata de Pernambuco, expandindo-se para outros municípios e estados do Nordeste, liderados pelo deputado Francisco Julião. Em 1954, o Partido Comunista cria em São Paulo, objetivando retomar o trabalho e a direção da luta no campo, a União dos Lavradores Agrícolas do Brasil (Ultab). As Ligas não se filiam à Ultab, mas essa retoma as atividades no campo e consegue desenvolver seu trabalho organizativo entre as massas rurais, cujas reivindicações restringiam-se às questões econômicas.

Seu enraizamento não se aprofunda e sua influência é mais sentida nas regiões do Sul e Central do país. No Rio Grande do Sul a Ultab não consegue se firmar e é

ultrapassada pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), que tinha apoio do governador Leonel Brizola (1959-1962). Da mesma forma em Pernambuco, em que a luta social no campo é hegemônica pelas Ligas, em franca radicalização.

Em 1959, mediante marchas e comícios camponeses na cidade, as Ligas obtêm uma importante vitória: o projeto do deputado Carlos Luís de Andrade (PSB), determinando a expropriação do Engenho da Galiléia, é aprovado. O Poder Público passa a controlar a área e os camponeses de Santo Antônio submetem-se a tutela do Estado, extinguindo o impulso militante de outrora. Entretanto, a vitória da Galiléia dá grande impulso às demais Ligas da região e, a partir de 1960 as Ligas expandem-se para estados de outras regiões do país, como Rio de Janeiro e Goiás. (MORAES, apud. STÉDILE, p. 44, 2012).

Em 1960, tem início as divergências das Ligas com o comitê central do PCB, em torno da questão cubana. Com interesses eleitorais – apoio à candidatura do general Teixeira Lott, crítico da revolução cubana – os pcebistas decidem por não se aproximarem nem fazer campanha em solidariedade a Cuba, ameaçada de invasão pelos Estados Unidos. As Ligas estreitam relações com a ilha de Fidel Castro e enviam vários camponeses para treinamento guerrilheiro. O PCB de Pernambuco apoia as Ligas e defende suas posições no V Congresso do Partido, realizado no Rio de Janeiro em 1960 (idem, p. 46).

A invasão da Baía dos Porcos, em Abril de 1961, exacerbou a radicalização das Ligas.

Os dirigentes das Ligas admitiram que a derrubada da Revolução Cubana adiaria, sem nenhuma dúvida, a Revolução Brasileira. Admitiam também, que, à medida que os EUA estavam decididos a derrotar o governo de Fidel Castro, derrotariam do mesmo modo os governos amigos de Cuba, incluindo o de Jânio Quadros (MORAES, apud. STÉDILE, p. 51, 2012).

Assim, os camponeses passam a organizar as atividades armadas inspirados nas concepções políticas de Fidel e Che Guevara, ou seja, consideram que a tarefa principal do momento é organizar os focos guerrilheiros, contando com a ideia de que pequenos grupos de militantes bem armados e treinados serviriam de exemplo para as massas, contribuindo para seu despertar e evolução do processo revolucionário, enfraquecendo a ação do imperialismo.

A ação – ou preparação – militar das Ligas foi um fracasso. Divergências, falta de recursos, deserções, e até delações, acabaram com a experiência foquista e com a unidade organizativa das Ligas Camponesas. Os que não foram presos e mantiveram-se firmes às ideias progressistas de transformação agrária retornaram às suas regiões de origem, principalmente Pernambuco. Em meio à crise das Ligas, o sindicalismo rural floresce, seja pela ação da Ultab, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ou mesmo de setores da igreja, tanto do clero conservador quanto da Ação Popular (AP), sua ala esquerda.

É neste contexto de avanço da sindicalização rural e declínio da ação das Ligas que é criada, em 1963, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que logo ganha proporções expressivas. Entretanto, apesar da crise, as Ligas se mantêm em alguns estados. E na Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco se fortalece, protagonizando expressivas lutas, como greve geral em Pernambuco e conflitos armados com a polícia na Paraíba. Essa intensa radicalidade das lutas sociais no Nordeste, principalmente nos três estados supracitados, será um dos elementos desencadeadores do movimento militar que vem a seguir (STÉDILE, p. 61, 2012).

### **O golpe Militar de 1964**

Nos dias 31 de Março e 01 de Abril de 1964, uma fração das Forças Armadas desfechou o golpe que derrubou o governo constitucional de João Goulart. O presidente deposto não esboçou qualquer resistência. Refugiou-se na sua fazenda, no Rio Grande do Sul, seu estado de origem. As pequenas manifestações esboçadas entre camponeses, operários e estudantes foram facilmente esmagadas ou debeladas. Com a possibilidade de divisão das Forças Armadas afastada, a derrota de João Goulart estava garantida. Os partidos que sustentavam o seu governo se mostraram incapazes de expressar as reais “forças populares”.

O golpe protagonizado em 1964, instaurando uma longa ditadura cívico-militar que perdurou até 1985, foi a resposta dada pelo conjunto da burguesia – nacional e internacional – diante da incapacidade do governo de João Goulart (1961-1964) em conter as lutas de classes, que se acentuava no campo, destacadamente no Nordeste. A formação do MST no final da ditadura a partir do Sul do país, e posteriormente

ampliada para as demais regiões, expressou a retomada da organização e da luta no campo.

### **Desenvolvimento desigual e combinado na agricultura**

A produção agrícola brasileira é voltada, em sua maioria, para a exportação e assenta-se na monocultura. Essa característica perpassa todos os momentos históricos, desde o passado colonial até a atualidade – com breve exceção no período entre guerras. Caio Prado Jr. (1970) reiteradamente ressaltou que essa forma de organização da produção agrícola, embora resultante de um processo de formação social interno, foi determinado pela organização das forças produtivas mundiais. A supremacia econômica da Inglaterra expressa a hegemonia do capital industrial sobre o comercial. Essa nova organização imporá o declínio do império escravocrata e o estabelecimento do trabalho assalariado. No entanto, a produção agrícola permanece baseada na monocultura e voltada, principalmente, para o mercado externo.

A evolução industrial na Europa, e o conseqüente desenvolvimento urbano e científico, ampliou a população e a demanda por alimentos. O Brasil abasteceu a Europa com algumas mercadorias importantes, com destaque para o café, que nessa fase se populariza. O aumento da produção no Brasil não implicou no desenvolvimento expressivo da técnica de produção. O crescimento da demanda foi acompanhado pela expansão das fronteiras agrícolas, sem o planejamento adequado, pois a técnica de preservação dos solos, tratamento de sementes e insumos, etc., permaneceram rudimentares. A ampliação da produção apenas pela forma extensiva foi a única desenvolvida até a década de 1950.

No Brasil, portanto, a economia capitalista surge e se desenvolve na fase imperialista do capitalismo mundial, ou seja, em uma época de consolidação do capital financeiro e de disputas pelo mercado mundial entre as potências, de modo que a burguesia nativa nasce atrelada e subordinada aos ditames da divisão internacional do trabalho, em que o Brasil comparece como mercado consumidor e fornecedor de matérias-primas a preços rebaixados. Dessa forma, o desenvolvimento industrial é minado, sendo o Brasil impedido de eliminar suas desigualdades regionais e manter a coexistência entre as formas pré-capitalistas, fundamentalmente no campo. Os monopólios, a entrada de empresas e de capitais estrangeiros e as inovações

tecnológicas se realizam consonantemente à manutenção do atraso econômico, combinando formas arcaicas e modernas, sendo essa a explicação mais geral da particularidade da formação econômico-social brasileira.

O conceito de desenvolvimento desigual e combinado foi sistematizado pelo revolucionário russo Léon Trotsky, desenvolvendo e ampliando qualitativamente as ideias esboçadas por Marx e Lênin. Trotsky soube aplicar o método marxista ao explicar as particularidades da Rússia, entendendo-a como formação social periférica, a partir de sua inserção na economia mundial. Demonstrou que a formação concreta de seu país compreendia a coexistência de formas “*primitivas*”, com suas expressões culturais arcaicas, ao lado de modernas relações industriais e de um proletariado atento às ideias socialistas modernas.

“As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processus histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha” (Trotsky, p. 25, 1967)

Seguindo os passos de Marx e Lênin, Trotsky demonstra que a utilização do método dialético é irreconciliável com a abordagem evolucionista da história e a tentativa mecânica de compreender a diversidade dos processos sociais – ainda que estejam todos sob a égide do capital. O atraso do desenvolvimento das forças produtivas, especialmente no campo, convivia, não pacificamente, com a moderna indústria capitalista, implantada pelas potências estrangeiras, principalmente Inglaterra, França e Alemanha (CASTELO, S.D, p. 11-12).

As manifestações do desenvolvimento desigual e combinado na estrutura agrária brasileira podem ser verificadas no emprego desigual das técnicas, em que formas rudimentares de trabalho agrícola subsistem ao lado de propriedades altamente mecanizadas, que se utilizam dos benefícios que o conhecimento científico e

tecnológico proporciona. O crescimento urbano e demográfico, em função do desenvolvimento do capitalismo, tem exigido maior produção de matérias-primas e produtos pecuários, em grande medida para exportação, mas também, de forma secundária, para o mercado interno. Essa demanda tem feito avançar a moderna produção agroindustrial em detrimento das pequenas e médias propriedades, acarretando em expulsão e empobrecimento no campo.

A inexistência de um desenvolvimento harmônico entre as regiões do país se revela também nas disparidades entre as regiões brasileiras. Nas áreas litorâneas, no Sudeste e Centro-sul, em que a concentração populacional é mais acentuada, encontramos melhor infraestrutura e a moderna produção, acompanhadas de um mercado interno mais desenvolvido. Também em algumas regiões do Nordeste, encontramos quantidade significativa de camponeses arruinados pelo avanço do capitalismo na agricultura.

Seguindo a concepção de que a viabilidade da reforma agrária somente será possível em áreas mais desenvolvidas e integradas, visto que o camponês não necessita somente da terra, mas das condições tecnológicas e comerciais para se estabelecer, as ocupações serão mais elevadas nas regiões de maior concentração populacional e desenvolvimento econômico. Entretanto, a política de estabelecer assentamentos nessas regiões, onde há importante penetração capitalista no meio rural, vai à contramão dos interesses latifundiários e do agronegócio. Dessa forma, a concentração fundiária e tecnológica não é enfrentada. Os governos que se sucederam desde o período da chamada “redemocratização”, não tocaram na raiz da concentração. A política de assentamentos, entre os anos de 1988 e 2006, concentrou-se região Norte, onde a abundância de terras permitia criar assentamentos com o mínimo de desapropriação.

O caráter de país fundamentalmente exportador de *commodities* impõe a ampliação das fronteiras agrícolas e a diminuição da área plantada para o abastecimento do mercado interno (FERNANDES, 2006). Mostrando-se incompatível com a sustentabilidade ambiental e a garantia das condições de vida da maioria dos trabalhadores no meio rural. A alta dos alimentos, o aumento do custo de vida e a expulsão dos camponeses de suas terras têm gerado importantes conflitos no campo brasileiro.

As exportações brasileiras de *commodities* representam cerca de 80% das exportações brasileiras. Somente as *commodities* da agropecuária

participam com 22,15% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional com cerca de US\$ 917 bilhões, e 41,1% da receita total das exportações brasileiras, atingindo no ano de 2012, US\$ 99,68 *bilhões* (ESPÍNDOLA, 2012).

Com a dificuldade, cada vez maior, da viabilização de pequena produção de subsistência, os conflitos no campo se ampliam, já que a prosperidade produtiva só pode ocorrer nas grandes propriedades – ou nas cooperativas capitalistas, mecanizadas e integradas ao mercado – que monopolizam as técnicas e as terras. A plena consolidação de um mercado interno, redução das desigualdades sociais no campo e harmonização econômica entre as regiões encontra um limite estrutural, no poder político e econômico da grande propriedade em sintonia com o setor financeiro do capital internacional.

Em decorrência, está em curso o crescente empobrecimento dos proprietários que possuem área de até 100 hectares. Segundo os dados oficiais (IBGE, 2006) dos quase 5 milhões (4.786.103) de proprietários, 62% possuem área inferior a 10 hectares, prescindindo da produção mecanizada, mantendo-se no atraso e encontrando dificuldades até mesmo para manter a produção de subsistência, coexistindo com uma produção mecanizada da agricultura capitalista, revelando o desenvolvimento econômico desigual e combinado na agricultura brasileira.

No país, a aplicação e assistência técnica continuam muito limitadas, sendo praticadas em 22% dos estabelecimentos, os quais, entretanto, ocupam 49% das terras. A área média do grupo assistido é de 144 hectares, enquanto a dos não assistidos é de 42 hectares. Do total dos estabelecimentos, apenas 10,2% têm tratores. A procedência da força mecânica utilizada é outro ponto de destaque: dos 1.457.644 estabelecimentos que declararam utilizar força mecânica, 58% utilizam de procedência própria; 31,8% de serviços contratados com o operador; 5,6% utilizaram força cedida por terceiros; cerca de 6% cedida por governos; 4,5% cedida por empreiteiros; 4,2% de uso comunitário; e 3,5% afirmam utilizar força mecânica advinda de aluguel (IBGE, 2006). Houve um grande incremento de atividades de terceirização da mecanização na agropecuária e daí que somente o total de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários não pode ser utilizado para explicar os avanços da mecanização rural. Todavia, é bastante nítida a disparidade no uso mecânico das atividades agropecuárias brasileiras.

## **Formação do MST**



O período militar é importante para entender a origem do MST. Surgido com o regime de exceção ainda em vigor, o Movimento se apoia e é impulsionado pela Igreja, principalmente a Católica. Tendo lideranças religiosas como porta-vozes, os camponeses, que se reorganizavam depois de duas décadas de repressão policial, justificavam-se alegando não serem “comunistas”, mas cristãos em busca de seu direito à terra, que no capitalismo é sacramentada apenas para a “minoría rica”. Dessa forma, a Igreja, mediante ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) passa a ser a principal organizadora dos movimentos sociais de luta no campo durante os anos 1980.

A ocupação da fazenda Macali, em Ronda Alta (RS), no ano de 1979, é tida pelos pesquisadores como o momento de nascimento do MST. Essa ação foi liderada pelo Padre Arnildo Fritzen, ligado à Comissão Pastoral da Terra (CPT). Durante o IV Encontro Intereclesial das CEBs (1981) ressaltou-se a necessidade da participação política de seus membros na luta dos pobres, de modo que podemos afirmar que a primeira influência ideológica e organizativa que o MST recebeu adveio da igreja.

Durante os governos militares, a luta de classes no campo diminuiu consideravelmente. Por um lado, devido à pesada repressão que se seguiu ao golpe de 1964. Por outro lado, porque o regime militar manteve e criou novos sindicatos rurais e desenvolveu uma política trabalhista voltada para o trabalhador agrícola, como por exemplo, a criação de um programa de previdência social.

Contudo, devido ao aumento da concentração fundiária como resultado da “*modernização conservadora*” e com a crise do petróleo de 1973, que atingiu a agricultura, a situação social e econômica dos pobres no campo se agravou, de maneira que a expulsão de suas terras recolocou a necessidade da retomada das ocupações. Essa seria a causa objetiva mais geral da retomada das lutas de classes no campo no final dos anos 1970. Do ponto de vista político, notamos a participação ativa da igreja, seja porque sua ala progressista estava mais propensa ao desenvolvimento de atividades políticas e sociais, seja pela necessidade de influenciar ideologicamente os movimentos sociais com vistas a neutralizar a influência marxista no campo.

Dessa forma, sua direção buscou neutralizar a repressão aplicada pelo regime militar, utilizar a religião como elemento de controle da base e desenvolver as saídas negociadas com os governos municipais, com o slogan de “*terra para quem nela trabalha*”. Entretanto, o Movimento ganha força e visibilidade ao adotar a via da ação direta, principalmente, das ocupações de terras. A década de 1980 é o período em que o

MST busca se fortalecer, se enraizando nacionalmente, ampliando-se em direção ao Norte e Nordeste.

Em seu Segundo Congresso (1990), cunhou as palavras de ordem “Ocupar, Resistir e Produzir”. Sob o Governo Collor (1991-1992) intensifica-se a repressão e a criminalização do Movimento e a Igreja vê sua influência decrescida. A política de criminalização permanece inalterada durante o governo Itamar Franco (1992-1994). No primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998), a questão da terra é nitidamente negligenciada. A mídia concentra-se no tema da inflação. Embora a concentração fundiária seja imensa, a principal ação governamental é o programa de caráter assistencialista “*Comunidade Solidária*”.

Na década de 1990, Banco Mundial e FMI desenvolvem sua concepção e política de reforma agrária. FHC assume a missão de executá-la: fará múltiplos esforços no sentido de deslegitimar o MST, desde a repressão aberta aos movimentos camponeses à tentativa de implantação da chamada “reforma agrária de mercado” (MRAM), que podemos definir, essencialmente, como a relação de compra e venda de terras entre agentes privados, financiada pelo Estado.

O governo passa a investir em todas as frentes contra o MST e demais movimentos camponeses. Concomitantemente às poucas desapropriações com indenizações e programas assistenciais, o Estado e os latifundiários inauguram uma nova onda de repressão. Citamos três episódios: o massacre de Corumbiara (1995) em Rondônia; Eldorado dos Carajás (1996) no estado do Pará; e ataques paramilitares na região do Pontal do Paranapanema, na região Oeste de São Paulo, durante o mesmo período. Os acontecimentos ganham grande repercussão na mídia e entre as ONGs estrangeiras.

Em uma aparente contradição, o período em que o MST sofre pesada retaliação corresponde à fase em que se fortalece, intensificando as ocupações e ampliando-se nacionalmente. Em 1997 realiza uma bem sucedida marcha à Brasília, demonstrando organização e disciplina, torna-se reconhecido e passa a ser referência para muitas organizações nacionais e internacionais. Tem início o período de reconhecimento político nacional e a internacional do MST.

### **3.1 Influências teóricas**

A concepção de reforma agrária do MST é inspirada, em grande medida, na escola econômica surgida a partir da década de 1950, cujos intelectuais se agrupavam em torno da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). As reivindicações de soberania nacional, desenvolvimento do mercado interno, a caracterização da natureza das classes sociais e suas relações internas, bem como as possibilidades de reforma agrária no país são oriundas de Celso Furtado, grande expoente dessa escola no Brasil.

Em sua obra *Formação Econômica do Brasil*, Furtado se interessa pelo tema do Estado nacional e seu funcionamento no começo do século XX, particularmente acerca de suas ações diante da superprodução cafeeira e as medidas econômicas conhecidas como substituição de importações. Para Furtado (2005) é dever do Estado apoiar o setor capitalista dinâmico, nacional, investindo e protegendo-o frente ao capital estrangeiro. O desenvolvimento endógeno da técnica e da tecnologia impulsionaria a democracia e a igualdade social. Embora Furtado (2000) tenha revisado alguns aspectos de sua teoria, manteve sua concepção geral acerca dos rumos do desenvolvimento nacional.

## **MST E OS GOVERNOS DO PT**

O PT, sob a variante da estratégia da frente popular, em aliança com setores da burguesia interna (BOITO, 2005), vence as eleições de 2002. Lula ascende ao poder em um momento em que há milhares de famílias camponesas acampadas, aguardando a reforma agrária. Os movimentos camponeses e sindicais passam, a partir de então, em grau maior ou menor, pelo processo de institucionalização. São eleitos e indicam cargos no governo (FERNANDES, 2010). O INCRA desenvolve projetos e ações para atender os estados mais pobres do país. Paralelamente, o setor representante do capital agrário reage às indicações e às ocupações de terras, fazendo com que o governo atenuasse as ações voltadas aos pobres do campo.

O segundo governo Lula (2006-2010) é marcado pela diminuição dos assentamentos e do desenvolvimento de programas cujo objetivo fosse assistência técnica aos camponeses e pequenos agricultores. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) será acessado, cada vez menos, pelas famílias pobres. Por outro lado, as exportações de produtos primários aumentam, e o agronegócio ganha mais influência e apoio do governo.

Sob o atual governo de Dilma Rousseff, as fronteiras agrícolas se ampliam, principalmente, nas regiões Centro-Oeste e Norte, fator que agrava os conflitos no campo – especialmente entre fazendeiros e as nacionalidades indígenas –, mas que amplia a capacidade produtiva agroexportadora. Com a radicalização dos conflitos e apoio do governo, a onda de violência contra os camponeses, típica dos governos anteriores ao PT, é retomada. Apesar disso, o MST mantém seu apoio ao governo, e seu foco principal restringe-se a pressionar o governo pela retomada da política de assentamentos, ampliando-a, tornando-a uma consistente política de reforma agrária.

Os interesses dos grupos empresariais no subsolo da região da Amazônia Legal e o controle cada vez maior da produção de cana-de-açúcar em São Paulo e Sul da Bahia pelo capital internacional são exemplos das práticas adotadas para manter a produtividade, fazendo com que o agronegócio seja o grande responsável pelo equilíbrio da balança comercial por meio das exportações. Assim, de acordo com o modelo econômico adotado, a fração agrária da burguesia torna-se fundamental para o projeto de desenvolvimento do governo e se fortalece politicamente. O MST faz a crítica ao atual modelo econômico, defendendo uma alternativa nacional-popular, baseado no desenvolvimento do mercado interno, na democratização das inovações técnicas e incentivos políticos e econômicos à agroecologia.

### **Programa Agrário do PT**

A base da política agrária dos governos do PT tem sido a ampliação da produção primária voltada à exportação, pois esta é a principal fonte para entrada de divisas. Seria essa política aplicada pelo PT – e seus aliados – um desvio de seu “*programa original*”, correspondendo ao que “foi possível” realizar, dada a correlação de forças existente ou, pelo contrário, o desenvolvimento necessário de um programa socialista democratizante?

Nas eleições presidenciais de 1989, o PT lançou, como parte do programa de governo, sua concepção acerca de como solucionar o problema agrário brasileiro (STEDILLE, p. 181, 2005). A reforma agrária é tomada como indispensável para construção de uma sociedade justa e democrática, incorporando milhões ao mercado e à cidadania, lançando as bases para um novo padrão de desenvolvimento da economia

nacional. Tal democratização passa pela luta contra o monopólio da terra, do poder e dos direitos por parte dos grandes proprietários.

Não fez parte de seu programa a expropriação da grande propriedade em geral, mas especificamente as áreas ociosas (165 milhões de hectares, à época), de modo que, pela vastidão do território, foi justificada a possibilidade de democratização da terra em coexistência com o latifúndio e o agronegócio, que seriam compelidos, por pressões econômicas, a colaborar com o governo e com a reforma agrária. A defesa da harmonização entre a pequena, média e grande propriedade é a essência da tese petista para solucionar o problema agrário brasileiro, como podemos notar em seu programa de 1989.

Como complemento à política econômica de distribuição de renda, a prioridade do novo modelo agrícola será a produção voltada para o mercado interno. Alimentar adequadamente toda a população e abastecer as indústrias brasileiras com matéria-prima é a grande meta, que não é incompatível com a busca de excedentes exportáveis (...). Crédito, investimentos e infra-estrutura, assistência técnica, garantia de comercialização e seguro agrícola serão garantidos aos pequenos e médios produtores, *ficando para os grandes o “livre mercado”* (PT *apud* STÉDILE, p. 183, 2003, grifo nosso).

Ao ser eleito, Lula não contraria os interesses da grande propriedade agrária. Todavia, sustentamos que seu governo não realiza uma ruptura programática com o seu projeto *original* sobre a questão agrária. As diferenças são de graus, pois a coexistência entre as formas de propriedade já estava assinalada como política eficaz, sendo que a alteração principal foi que a prioridade dos investimentos foi dada à grande propriedade, como o caráter agroexportador do país impõe. Embora a política de crédito, assistência técnica e infraestrutura estejam aquém das necessidades dos pequenos agricultores, o governo a classifica como vitoriosa.

Em entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili, realizada em 14 de fevereiro de 2013, o ex-presidente Lula justifica o acerto de seu governo, de maneira que não destoaria essencialmente do programa político em que concorreu à presidência pela primeira vez. Segundo ele, seu governo foi altamente positivo. Se avaliarmos do ponto de vista das necessidades vitais dos trabalhadores – disse Lula – ainda estamos muito aquém, mas se comparado com os demais governos anteriores, seu período foi um dos melhores da história.

Segundo o ex-presidente Lula, em seu governo foram quebrados alguns tabus, como em relação à sua política econômica de exportação e simultaneamente de desenvolvimento interno, pois “durante essa década, aumentamos o nosso comércio exterior e o nosso mercado interno sem que isso resultasse em conflito” (*apud* SADER, p. 10, 2013). Dessa forma, observamos em sua justificativa a tese da viabilidade da coexistência entre a pequena e média produção voltada para o mercado interno e a grande produção encarregando-se do mercado externo. Talvez uma alteração importante seja que, diferentemente do que seu programa de 1989 sustentava, a viabilidade do modelo agroexportador baseado na grande propriedade se deu mediante o financiamento público.

Em seu 3º Congresso, realizado em 2007, o PT reafirmou o compromisso com a reforma agrária, por entendê-la como central para o desenvolvimento do Brasil, na medida em que esta é “condição fundamental para a geração de trabalho, distribuição de renda, democratização da sociedade, promoção da justiça no campo, ocupação equilibrada do território e para o uso sustentável dos recursos naturais” (PT, 2007, p. 73). Em sua resolução sobre a reforma agrária, descreve o caráter conservador da modernização promovida no período militar, denuncia o latifúndio e suas consequências, como escravidão e assassinatos no campo.

Após fazer o diagnóstico da “barbárie” em que se encontram os pobres do campo, a Resolução Agrária de 2007 afirma que a responsabilidade das mazelas no meio rural brasileiro é do governo de FHC, que sucateou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – bem como sua política de criminalização dos movimentos sociais. E, finalmente, advoga que a vitória eleitoral de Lula representou avanço, pois elaborou o II Plano Nacional de Reforma Agrária e investiu na agricultura familiar, além do que iniciou um processo de recuperação do INCRA.

Para quem lê as resoluções programáticas do PT, fica claro que o partido se esforça em justificar a possibilidade de se governar para “todos” e aposta nas políticas públicas e nas eleições como forma de superar o atraso no campo. Entretanto, os dados acerca dos conflitos e da concentração fundiária, com plena anuência do Estado dirigido pelo PT – certamente que em aliança com outros partidos, principalmente o PMDB – mostra a impossibilidade de governar em nome dos “interesses gerais” dos brasileiros, cabendo ao PT se aliar aos “responsáveis históricos” dos problemas nacionais, como os

mais conservadores setores da oligarquia latifundiária, com o agronegócio e as multinacionais.

### **Programa Agrário do MST sob os governos do PT**

O atual programa do MST, aprovado em seu 6º Congresso (2014) expressa uma virada em sua concepção política acerca da Reforma Agrária. O documento explica porque é necessária uma reforma agrária de novo tipo no Brasil e quais são os caminhos para alcançá-la. Afirma que sua realização depende da democratização do Estado, mediante alteração do seu caráter – de burguês para popular.

A justificativa para as mudanças na linha política operada recentemente no MST se fundamenta no fato de que, nos últimos vinte anos, a estrutura fundiária e as relações entre as classes do meio rural se alteraram significativamente, obrigando o Movimento a traçar novas táticas para atingir seus objetivos. Segundo o documento, o capitalismo mundial, entre as décadas de 1980 e 1990, entrou em uma nova fase de desenvolvimento, hegemônico agora pelo capital financeiro.

O modelo econômico brasileiro, impactado pelas alterações econômicas internacionais, já não é mais o mesmo que o verificado no período de surgimento do MST. No atual modelo, o agronegócio passou a ter importância econômica de primeira ordem, bloqueando assim a reforma agrária, já que "protege as terras improdutivas para futura expansão" (MST, p. 12, 2014). O Estado, mesmo que as oligarquias e capitalistas rurais não sejam predominantes em seu interior, garante e assegura a hegemonia do modelo do agronegócio na produção agrícola.

A crise mundial do capitalismo, iniciada em 2008, aprofundou a intervenção de capitais estrangeiros sobre o setor rural brasileiro, intensificando a monocultura para exportação, a concentração e a desnacionalização das terras. O aprofundamento do "modelo do agronegócio", expressão do predomínio do capital financeiro na agricultura, alterou a relação entre as classes. Segundo os Dados do IBGE, nos anos 1980, a quantidade de assalariados rurais, entre permanentes e temporários, variava entre 6 a 10 milhões. Em 2006, caiu para 4,2 milhões, como resultado da concentração de terras e do êxodo rural. Outro aspecto ressaltado foi que a relação entre as classes dominantes no campo também se alterou.

No período anterior à predominância do "*neoliberalismo*", os capitalistas – do campo e da cidade – encaravam a classe latifundiária como fator de atraso e empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas endógenas, sendo favoráveis às alterações na estrutura agrária do país. Com a hegemonia do capital financeiro e o fortalecimento da atuação das empresas multinacionais no setor rural, os capitalistas passaram a ver os latifundiários como aliados, de maneira que, segundo o modelo econômico adotado, o desenvolvimento não depende mais da democratização das terras e criação de um robusto mercado interno, mas, ao contrário, da modernização do antigo latifúndio, transformando-o em grandes empresas voltadas para o agronegócio.

A explicação correspondente é que a burguesia brasileira não se interessa mais pela possibilidade de uma "*reforma agrária clássica*", tal como operou-se na Europa a partir do século XVIII. Esse tipo de reforma foi crucial para o desenvolvimento da burguesia emergente, impondo-a as oligarquias europeias, visto que a democratização da terra, como condição para o desenvolvimento do capitalismo industrial, transformou os camponeses europeus em produtores e consumidores de mercadorias.

Essa via burguesa de transformação da estrutura fundiária, como caminho para superação do atraso econômico, foi realizada parcialmente por governos nacionalistas em vários países. No Brasil, a tentativa mais avançada da via clássica de reforma agrária ocorreu durante o governo de João Goulart (1961-1964), como parte de suas "reformas de base", mas fracassou com o golpe militar que encerrou seu governo.

O governo ditatorial dos militares impôs a "modernização sem reformas" e reprimiu duramente o movimento camponês. Assim, aqui a burguesia industrial, ao contrário da burguesia europeia do século 18, se aliou à oligarquia rural para desenvolver o capitalismo nacional, dependente dos países centrais (MST, p. 25, 2014).

Assim, através de pesada repressão policial sobre as organizações políticas dos camponeses, desenvolveu-se a "*modernização conservadora*", estabelecendo as bases para a agricultura capitalista voltada novamente para o mercado externo, baseada na mecanização agrícola, concentração de terras, expulsão dos camponeses e produção agrotóxica. Esse modelo, que se sobrepôs ao anterior – adotado nos anos 1930, com a substituição de importações e que buscava atender o mercado interno – finalmente consolidou-se no começo dos anos 1990, esgotando a possibilidade de uma reforma



agrária clássica, visto que, na fase neoliberal, não há mais um "setor dinâmico" da burguesia brasileira.

A consolidação do novo modelo econômico, com suas alterações políticas e no processo produtivo (inovações tecnológicas, descentralização e terceirização) resultou em grande refluxo das lutas dos trabalhadores em geral. Do ponto de vista do capital, não há mais necessidade de reforma agrária. Por outro lado, para os camponeses, ainda se faz necessária as transformações estruturais no meio rural, entretanto, essas mudanças são, agora, de outra natureza.

Não há mais espaço para uma reforma agrária clássica burguesa, apoiada pela burguesia industrial ou por forças nacionalistas. Mas do ponto de vista dos camponeses e de um projeto popular de desenvolvimento do país, a Reforma Agrária é cada vez mais urgente e necessária (MST, p. 31, 2014).

Os camponeses não enfrentam mais somente o atrasado e retrógrado latifúndio, mas o grande capital agrário, o capital financeiro e as empresas transnacionais. Até os anos de 1980, era possível a coexistência entre a produção de alimentos realizada em assentamentos e a produção voltada para exportação. Na atualidade, tal harmonização não é mais possível, de maneira que estamos diante de dois modelos de agricultura - e de sociedade - contraditórios entre si.

De um lado, o modelo do agronegócio, predominante e incentivado pelos governos; de outro, o modelo da agricultura camponesa, baseado em matrizes energéticas alternativas, na sustentabilidade e em novas relações sociais. A imposição do novo modelo econômico, baseado na produção camponesa, será fruto de uma reforma agrária que se coloque contra o capital, mediante a consolidação de uma ampla aliança com os mais diversos setores dos trabalhadores, tanto do campo quanto da cidade. Entretanto, não se trata de um programa socialista.

Uma Reforma Agrária socialista, que tem como alicerce a socialização das terras, exige a execução de políticas de um Estado socialista e será resultante de um longo processo de politização, organização e transformações culturais junto aos camponeses, ou seja uma revolução social. Condições objetivas e subjetivas que não estão na ordem do dia desse período histórico (MST, p. 32, 2014).

A reforma agrária não depende mais da aliança com alguma fração da burguesia, mas da unificação dos setores populares. Por isso, o novo programa do MST denomina-se "popular".

(...) O conceito "popular" busca identificar a ruptura com a ideia de uma reforma agrária clássica feita nos limites do desenvolvimento capitalista e indica o desafio de um novo patamar de forças produtivas e de relações sociais de produção, necessárias para outro padrão de uso e de posse da terra (MST, p. 33, 2014).

A principal forma de disputa com o capital é pelo controle de terras, de territórios, de maneira que os espaços conquistados (acampamentos e assentamentos) são os espaços de nova sociabilidade e de acúmulo de forças. O desafio do movimento é a revitalização e a transformação desses espaços em "territórios livres": livres da lógica capitalista e livre de transgênicos.

### **Considerações sobre o programa**

Essa alteração programática do MST, que se apresentou de forma bem definida em seu atual programa, já vinha sendo gestada desde os primeiros anos do governo Lula. Uma vez que as expectativas de realização de reforma agrária por parte do governo petista não se efetivou, o Movimento passou a reivindicar do governo maior atenção para a consolidação dos assentamentos já existentes e buscar incentivos técnicos e financeiros para o desenvolvimento de sua nova política: *a luta pelo desenvolvimento da agroecologia no país*. No seu 5º Congresso, o MST defende um novo projeto popular para a agricultura brasileira. Mas a forma de se atingir esse projeto é claramente definido no programa de 2014.

Parece-nos que a essência da política do MST reside na concepção da possibilidade de democratização do Estado. Diante disso, sua estratégia central é torná-lo "popular". Os caminhos para popularizar o Estado são a organização das massas do campo, a difusão entre a "sociedade civil" dos projetos de reforma – não somente agrária, mas também urbana, política, e tributária – e a eleição de políticos

comprometidos com o novo projeto de desenvolvimento econômico. Por essa via, legal e pacífica, chegar-se-ia aos "governos populares", hegemônico pelos trabalhadores.

Certamente, estamos diante de um programa etapista, tal como era concebido pelas organizações de esquerda dos anos anteriores ao golpe militar de 1964. Como podemos observar, o MST reconhece formalmente o fracasso da aliança com a burguesia, mas não pela inviabilidade de tais alianças resultarem em um governo comprometido com os trabalhadores, e sim porque a realidade econômica se alterou.

Segundo a análise do MST, existiu um setor nacionalista, ligado às forças armadas e à burguesia industrial, que era comprometido com as transformações sociais e com o combate ao latifúndio. Essa é uma tese que deve ser problematizada. De fato, houve um setor nacionalista entre a burguesia brasileira, entretanto, este nunca se colocou contra as oligarquias rurais. Pelo contrário, a indústria brasileira surge no bojo do domínio oligárquico. A chamada “modernização conservadora” não é obra dos militares golpistas de 1964, mas já vem de antes, desde a independência. Se por um lado o país foi obrigado a desenvolver parcialmente a indústria e a produção interna, por outro lado, nunca fez parte da política brasileira o combate ao latifúndio, tal como apresentado pelo MST.

Nos anos 1960, em pleno auge da chamada "guerra fria", a América Latina vivia uma convulsão política. Os impactos da Revolução Chinesa (1949) e, principalmente, da Revolução Cubana (1959), aliados à intensificação da exploração das massas nesses países, colocavam em xeque a dominação burguesa em seus respectivos países e os interesses imperialistas dos Estados Unidos sobre toda região. Visando neutralizar a luta de classes em pleno ascenso na América Latina, o governo estadunidense, durante a gestão de J. F. Kennedy (1961-63) lança uma pesada ofensiva política e econômica com objetivo de realizar importantes, mas controladas, mudanças sociais.

Esse conjunto de medidas ficou conhecido como "*Aliança para o Progresso*", que consistia em suprir parcialmente as necessidades básicas das massas latino-americanas, relacionadas à moradia, saúde, educação, trabalho e terra. No tocante à questão agrária, o governo Kennedy defendeu a realização da reforma agrária como forma de combater a "importação" da guerrilha cubana e o avanço do comunismo. Ao mesmo tempo, essa reforma dinamizaria o mercado, beneficiando o capital norte-

americano. O programa de assistência dos Estados Unidos previa ajuda de U\$ 20 bilhões a serem repassados ao longo de 10 anos.

Para ter acesso aos recursos, os governos latino-americanos deveriam se comprometer com uma série de medidas, entre elas a reforma agrária e o combate ao comunismo. Assim, diante da crise econômica e política do governo de João Goulart, a reforma agrária, pacífica e limitada, baseada em desapropriações com indenizações, seria o grande trunfo de seu governo. Jango não queria construir um governo "popular", mas neutralizar o ascenso da luta de classes no país. Como essas medidas chocavam-se, mesmo que pontualmente, com o latifúndio e seu governo não estava conseguindo conter a radicalização camponesa, principalmente no nordeste, o conjunto da burguesia, em aliança com a oligarquia rural, achou por bem removê-lo do poder.

O programa do MST não surge do zero, mas retoma as experiências políticas e teóricas do período anterior. O PCB e as organizações que controlava (Uitab, UNE) apoiavam ao governo Jango por entender que a revolução socialista não estava colocada naquele momento histórico. A tarefa era apoiar um setor desenvolvimentista, que eliminaria o atraso "feudal" e estabeleceria as bases econômicas, sociais, culturais e históricas para o socialismo. Como sabemos, essa tese fracassou e foi sepultada pela história. Entretanto, o MST a retoma, sob nova roupagem.

## **Conclusão**

A questão do programa é colocada, pois se trata de uma discussão acerca do desenvolvimento geral das forças produtivas. Quais são os caminhos de desenvolvimento a seguir. Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o problema colocado pela burguesia foi enfrentar ou não a questão agrária e escolher os caminhos de desenvolvimento.

Para o MST, permanece a necessidade de escolher entre dois caminhos de desenvolvimento: o desenvolvimento baseado na grande propriedade ou a redistribuição das terras. Essa é uma discussão extemporânea, pois não é mais uma questão de escolha, já que o modelo da grande propriedade está consolidado. O domínio do latifúndio, do agronegócio e de camadas médias subordinadas à agroindústria define a estrutura atual. A questão da escolha de modelos foi colocada objetivamente no final do século XIX,

com a desagregação do sistema colonial até finais dos anos 1950, quando predominaram as relações de produção pré-capitalistas. Não é colocado mais.

Embora as relações pré-capitalistas não tenham sido eliminadas, as relações capitalistas de produção superaram as formas precedentes. Com a independência e final da escravidão, a burguesia se deparou com a questão de qual tipo de desenvolvimento seguir, como desenvolver suas forças produtivas. A reforma na estrutura agrária implicaria na dinamização do mercado, inserção de vasta mão de obra no setor produtivo e criação de massas consumidoras. Entretanto, a estrutura baseada no latifúndio e na exportação foi mantida.

O movimento de luta camponesa, de forma organizada, é tardio, data dos anos 1950. Nasceu com as Ligas Camponesas, que reivindicavam o programa de parte da burguesia de reforma agrária para o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Após o regime militar, o MST dá continuidade a essa política. Sua reivindicação é que o Estado faça a reforma agrária, impulsionando o desenvolvimento capitalista. Mas há uma contradição no Movimento, pois embora munido da política burguesa, utiliza-se de métodos que se chocam com a propriedade privada da terra, por meio das ocupações.

O MST recolou a questão da reforma agrária em discussão em âmbito nacional. Nunca houve reforma agrária no Brasil, mas sim medidas agrárias por parte do Estado. O MST pressiona e se adapta a essas medidas. A nova tática de consolidação de "territórios livres", etc. expressa um impasse do Movimento. Ou se aceita o fato objetivo que a estrutura agrária é a da grande propriedade e se submete; ou defende a expropriação revolucionária dos latifúndios. Como o MST não quer defender nenhuma das alternativas está recuado na defesa conjuntural de seus territórios. A "reforma agrária popular" nada traz de novo para a clássica e nem avança para a via revolucionária. É mais uma retórica diante do impasse que o Movimento se encontra. Na prática, nos parece que agora o MST abandona a reforma agrária. Eles falam que abandonaram a clássica, pois está não é mais possível; entretanto, não há outra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOITO JR., A. *A burguesia no governo Lula*. Crítica Marxista n. 21. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.
- BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e Industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2006.
- BRUM, Argemiro. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Editora Vozes. 1997.
- CASTELO, Rodrigo. *Subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução: Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista*. S.D. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/11/R-C-Branco-FF.pdf>. Acesso em 21/06/2014.
- ESPÍNDOLA, C.J. *Notas sobre as recentes exportações brasileiras de commodities agropecuárias*. Princípios: revista teórica, política e de informação. Disponível em: <http://www.revistaprincipios.com.br/principios/component/content/article/34-noticias/334-notas-sobre-as-recentes-exporta%C3%A7%C3%B5es-brasileiras-de-commodities-agropecu%C3%A1rias.html>. Acesso em 20/12/2013.
- FERNANDES, Arissane D. *A dinâmica da fronteira agrícola em Goiás*. Dissertação. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2006
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Reflexões sobre a crise brasileira*. 2000. Disponível em: <http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/furtado5.pdf>. Acesso em: 20 de Setembro de 2012.
- IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil\\_2006/comentarios.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/comentarios.pdf). Acesso em 27/01/2014.
- \_\_\_\_\_. *V Congresso do MST*. 2007. Disponível em: <http://www.mst.org.br/especiais/10>. Acesso em: 20 de Setembro de 2012.
- STÉDILE, J.P (Org.) *A questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas*. São Paulo: Expressão Popular. 2012
- PRADO JR. C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo. Brasiliense. 1970.
- PT. *Resoluções do 3º Congresso do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: 2007.
- SADER, E. (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberal no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- STÉDILE, J.P. *O MST e a Questão Agrária*. Dossiê Questão Agrária. Estud. av. vol.11 no. 31. São Paulo. Set./Dez. 1997. Entrevista concedida a Revista Estudos Avançados. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext) HYPERLINK  
["http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141997000300005"](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300005) & HYPERLINK  
["http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141997000300005"](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300005) Acesso em: 20 de Setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. João Pedro Stédile é entrevistado por Marcos Winter. Movimento Humanos Direitos. Agosto de 2006. Entrevista concedida a Marcos Winter. Disponível em: <http://www.humanosdireitos.org/atividades/entrevistas/34-Joao-Pedro-Stedile-e-entrevistado-por-Marcos-Winter.htm>. Acesso em: 20 de Setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. (Org.). A Questão Agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TROTSKY, Leon. História da Revolução Russa, volume 1. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

VINHAS, M. Problemas Agrário-Camponeses do Brasil. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro. 1972.